

A competência da pessoa cega na orientação e mobilidade: uma reflexão plausível

The competence of the blind person in orientation and mobility: a plausible reflection

Maria Soraia Nascimento Corrêa de Faria¹ Paulo Roberto de Jesus Silva ^{2*}, Kayla Rocha Braga³, Thays Nayara Frazão Silva⁴

RESUMO

A pessoa cega andar sozinha, com bengala longa e sem guia vidente, por diversos lugares, ainda causa admiração às pessoas que desconhecem as diversas competências de uma pessoa com cegueira, provavelmente por falta de informação, e em alguns casos, conceitos prévios equivocados. Nesse contexto, essa pesquisa teve como objetivo analisar e esclarecer sobre o desenvolvimento do processo de orientação para executar uma locomoção com eficiência, segurança e conforto das pessoas cegas. O estudo, com metodologia de abordagem qualitativa, inicia-se com a realização de pesquisa bibliográfica trazendo à baila estudos sobre as habilidades e competências desenvolvidas na Orientação e Mobilidade que fortalecem o entendimento sobre o papel das outras percepções, além da visão. Como resultados se constatou que a competência fundamental para que as pessoas cegas adquiram independência na Orientação e Mobilidade é autonomia, pois assim superam limites, superam barreiras e tornam-se agentes construtores de uma sociedade inclusiva.

Palavras-chave: Pessoa cega. Independência. Autonomia. Orientação e Mobilidade.

ABSTRACT

The blind person alone walking, with a long cane and without a visionary guide, around several places, still causes admiration to people who are unaware of the various skills of a blind person, probably due to lack of information, and in some cases previous mistaken concepts. In this context, this research aimed to analyse and clarify the development of the orientation process to perform locomotion with efficiency, safety and comfort for blind people. The study, with a qualitative approach methodology, begins with a bibliographical research bringing up studies on the skills and competences developed in Orientation and Mobility that strengthen the understanding of the role of other perceptions, besides vision. As a result, it was found that the fundamental competence for blind people to acquire independence in Orientation and Mobility is autonomy, as they overcome limits, overcome barriers and become building agents of an inclusive society.

Keywords: Blind person; Independence; Autonomy; Orientation and Mobility

¹ Secretaria de Estado da Educação/MA (professora aposentada)

*E-mail: mariasoraiancdf@gmail.com

² Universidade Federal do Maranhão.

*E-mail: Paulo.rjs@ufma.br

³E-mail: kayla.rb@ufma.br

⁴ Secretaria de Estado da Educação/MA - Secretaria de Municipal da Educação/São Luís/MA

E-mail: tfrazao85@gmail.com

INTRODUÇÃO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mediante à Pesquisa Nacional de Saúde 2015, revela que, dos tipos de deficiência pesquisados, a visual é a mais representativa e atinge 3,6% dos brasileiros, sendo comum entre essas pessoas a intensidade da incapacidade visual que dificulta 16% delas de realizarem atividades habituais como ir à escola, trabalhar e brincar (IBGE, 2015).

Nessa perspectiva, e conforme a finalidade deste estudo, incluem-se, nesses dados estatísticos, pessoas cegas que percebem informações do ambiente por meio dos sistemas sensoriais, superam desafios e realizam uma locomoção com eficiência, segurança e conforto.

No entanto esse comportamento ainda suscita especulações nas pessoas sem informações básicas para entenderem esse fato, que criam suposições e têm atitudes que causam transtornos ou impedimentos no desenvolvimento das habilidades básicas para Orientação e Mobilidade. Daniel Kish (2018) ensina sua filosofia de superação de limites e técnicas de Orientação e Mobilidade a pessoas cegas de todas as idades ao redor do mundo:

Quando era criança, Daniel Kish perdeu os dois olhos devido a um câncer de retina. Mas, de acordo com sua mãe, isso quase não o atrasou. Por conta própria, Daniel aprendeu a usar uma forma de sonar, como um morcego, para se deslocar pelo mundo. Fazendo um estalo com a língua no céu da boca, ele podia ouvir as ondas sonoras resultantes refletindo de volta para ele a partir de objetos ao seu redor. Ele aprendeu a andar de forma independente, começou a subir em árvores e, quando tinha seis anos, aprendeu a andar de bicicleta sozinho. É claro que, como Daniel ressalta, andar em velocidade requer que ele "clique muito!" (KISH, 2018, p. 83).

A experiência relatada expõe possibilidades de locomoção independente, ressalta-se, também, que as “informações captadas do meio pelas percepções são os principais canais de aprendizagem, conhecimento, desenvolvimento e formação das pessoas com deficiência visual” (TOLEDO/IFCE, 2017, p. 50), sendo assim, busca-se pesquisar que o processo de interpretá-las para determinar a relação com os objetos significativos do ambiente depende das habilidades e competências adquiridas desde o nascimento e respondidas no ensino das técnicas de Orientação e Mobilidade.

A experiência de anos na docência de Orientação e Mobilidade possibilita-se observar que se deve auxiliar as pessoas com deficiência visual na escolha de estímulos mais relevantes, afim de que elas possam utilizar outros sistemas perceptivos, e assim, adquirir melhor desempenho. Assim, faz-se necessária a participação significativa dos

pais, familiares e da comunidade, com atitudes colaboradoras para a independência e autonomia dessas pessoas.

Nesse cenário, o objetivo deste artigo é analisar e esclarecer sobre o desenvolvimento do processo de orientação para executar uma locomoção com eficiência, segurança e conforto das pessoas cegas, tem em seu repertório metodológico a pesquisa de abordagem qualitativa, com pesquisa bibliográfica e de campo.

O presente trabalho, foi iniciado com a definição do público-alvo, depois, o estudo sobre o processo de perceber, além da visão, na Orientação e Mobilidade da pessoa cega. No decorrer das discussões, apresenta-se uma sucinta compreensão sobre o processo de perceber e orientar, realizado pelo ser humano sem visão ao interpretar as informações do meio onde está inserido. A seguir, conhecimentos sobre as possibilidades de essa pessoa conhecer e se relacionar com o mundo. E, para compreender como as informações do meio ajudam a se relacionar com o mundo, apresentam-se quatro entrevistas semiestruturadas sobre os fatores que colaboram para a sua autonomia e independência na Orientação e Mobilidade, apontando comportamentos, sugeridos por elas, considerados importantes para sua locomoção.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Um dos direitos mais básicos do ser humano é o de ir e vir, ele está assegurado em nossa Constituição de 1988, em seu Artigo 5º, inciso XV, ao afirmar que: “é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens”. Mas, para as pessoas cegas nem sempre esse direito é assegurado, um dos elementos fundamentais para essa garantia é a oportunidade de se tornar apta na Orientação e Mobilidade (OM).

Nesse sentido, já em 1950, o Dr. Richard Hoover criaria uma tecnologia importante nesse exercício de ir e vir, a bengala longa, que funciona como uma extensão do dedo indicador e alinhado a um programa de Orientação e Mobilidade e que passou a integrar o caminhar independente da pessoa com Deficiência Visual, de forma segura, eficiente e elegante, denominado “Técnicade Hoover”, hoje conhecido no Brasil como a “Técnica do Toque” (OLIVEIRA/IFCE, 2017, p. 9).

A Orientação e Mobilidade é um programa de atendimento direcionado às pessoas com deficiência visual com o objetivo de adquirirem a capacidade de se locomover e se orientarem diversos espaços com o uso adequado das técnicas e, assim, perceberem se

o espaço está protegido de riscos, perigos e planejar boas condições para caminhar.

Acrescenta Tomázia Lora (2003), em seu estudo, na falta da visão, as pessoas devem atentar para outras percepções sensoriais, como a audição, o tato, o cinestésico, o olfato e o aproveitamento máximo de qualquer grau de visão que possam ter.

Outro estudo chama a atenção para o fato de que, para a pessoa cega se movimentar de um ponto para outro, é preciso não apenas "ler" ou seguir rotas, mas estar alerta, orientada em relação ao seu destino, construindo, mesmo involuntariamente, um mapa mental da mudança (MAZARRO, 2003, p. 18).

Segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde), a pessoa com deficiência visual é todo indivíduo que apresenta desde a ausência total de visão até acuidade visual de 20/70 (vê a 6 m o que normalmente se veria a 18 m) no melhor olho ou em ambos os olhos com a melhor correção possível, podendo estar associada a campo visual inferior a 20° e sensibilidade aos contrastes, sendo adquirida ou congênita.

Existem duas abordagens: Clínica e Educacional. A primeira define Cegueira Legal como a acuidade visual igual ou menor que 20/200 (ver a 6 metros o que uma pessoa pode ver a 60 metros) ou campo visual inferior a 20° no melhor olho, e a Baixa Visão como acuidade visual inferior a 20/70 (6 m/18 m) até 20/200 (6 m/60 m). A maioria dos estudantes com baixa visão se encaixa nessa definição de cegueira legal (20/400 = 3/60).

A segunda define a Cegueira como a perda da visão até a ausência de projeção de luz e Baixa Visão, sendo a condição de indicar projeção de luz até o grau em que a redução de sua acuidade visual limite ao seu desempenho. Essas pessoas abrangem dois grupos: a) veem objetos a poucos centímetros (2 cm a 3 cm), usando a visão para muitas atividades da vida diária com ou sem auxílios ópticos e às vezes precisam complementar com o Sistema Braille, b) são limitados no uso da visão, necessitando, muitas vezes de iluminação especial, auxílios ópticos e outros recursos.

A faculdade de perceber por meio de outros sentidos, sem a visão, as informações do ambiente na Orientação e Mobilidade é resultado da interação entre o processo de orientação e a execução da locomoção com eficiência, conforto e segurança. Para o sucesso dessa ação, é fundamental que as pessoas cegas desenvolvam habilidades e competências que promovam a interpretação adequada dessas informações no ambiente em que estão inseridas, a utilização com destreza dos sentidos na tomada de decisão para a realização de movimentos, familiarização de novos ambientes e a utilização de recursos e técnicas específicas de Orientação e Mobilidade (GARCIA, 2003, pp. 66-121).

Para compreender esse processo, é necessário considerar o sujeito da percepção e saber de sua experiência perceptiva, ou seja, do seu engajar-se com o corpo próprio entre

as coisas com as quais coexiste (MASINI, 2007, p. 22). A autora refere-se sobre quão importante é manter um estreito relacionamento com esse sujeito, considerar o seu modo próprio de perceber e de se relacionar, como qualquer outra pessoa. Pensar que ele não tem possibilidade de organizar as percepções do mundo que o cerca é uma forma deturpada de entendê-lo.

O mundo dos videntes é referência para [...] identificar conceitos, valores, definições do senso comum ditadas pelo sentido da visão, que caracterizam as ações, os sentimentos e os conhecimentos da grande maioria dos seres humanos (MASINI, 2007, p. 20), mas existe uma parcela que constrói seu mundo sem a visão de maneira diferenciada e sofre com as barreiras de acessibilidade provocadas por essa referência e/ou inferência.

A diferença acontece nos extremos: enquanto o dotado de visão adquire, em tempo hábil, independência concretizada pelas diversas e variáveis experiências de vida, comuns entre os seus mediadores, o outro, sem visão, sofre com a falta de estímulos e não atendimento às suas especificidades, principalmente quando o mediador, por algum motivo, não possibilita a interação das informações entre as percepções visuais e não visuais. Portanto não acompanha na totalidade a sua maneira de ser: como age, como se comunica e se expressa, como se sente e como pensa (MASINI, 2007, p. 27), e tal fato acarreta impossibilidades de vivenciarem diversas experiências de vida.

Weishaln (1990) define a orientação como sendo o processo de utilizar os outros sentidos, sem a visão, para estabelecer a própria posição e o relacionamento com outros objetos significativos no meio ambiente. Buscando mais informações, Mazzaro apresenta, nos seus estudos, Phatas (1992), que, além de ilustrar a complexidade desse processo, chama a atenção para a orientação em relação aos pontos de referência quando se está parado ou em movimento, enfatizando que, constantemente, deve-se estar atento a esse procedimento, o qual tem por princípio três questões básicas: “1. Onde estou? 2. Para onde quero ir? (Onde está o meu objetivo) 3. Como chego ao local desejado?” (MAZZARO, 2003, p. 17).

O mesmo autor argumenta ainda que, para elaborar essas questões, a pessoa deverá passar pelo processo que envolve as seguintes fases, sequencialmente:

Percepção, captar as informações presentes no meio ambiente pelos canais sensoriais; Análise, organização dos dados percebidos em graus variados de confiança, familiaridade, sensações e outros; Seleção, escolha dos elementos mais importantes que satisfaçam as necessidades imediatas de orientação; Planejamento, plano de ação como posso chegar ao meu objetivo, com base nas fases anteriores; Para, então, chegar à: execução, a mobilidade

propriamente dita, realizar o plano de ação por meio da prática. (WEISHALN, 1990, apud. Mazzaro, 2003, p. 17)

Percebe-se que, ao se apropriar das diferentes etapas desse processo, a pessoa com deficiência visual poderá locomover-se com maior segurança, mas é importante estar sempre em alerta porque esse processo pode ser interrompido por uma nova informação percebida, analisada e selecionada, e assim interagir com a orientação proporcionada pelo indivíduo que sofre a ação (FELIPPE, 1997, p. 71). Portanto pode-se afirmar que essa é uma ação contínua, e o fato de não possuir visão não interfere na ação, ao contrário, pode possibilitar a aquisição de habilidades competentes em todas as experiências vivenciadas pela pessoa cega. Além disso, ela poderá tornar-se um agente modificador das barreiras atitudinais devido às habilidades apresentadas, e isso faz a diferença.

Além de executar o processo de orientação, a pessoa cega precisa utilizar-se das informações do ambiente que facilitam a mobilidade, como:

- a) Ponto de referência: qualquer objeto, som, odor, temperatura ou elemento tátil- cinestésico, familiares, que sejam facilmente reconhecidos, constantes e que tenham uma localização no meio ambiente conhecida e permanente.
- b) Pista: qualquer estímulo cinestésico, tátil, auditivo, olfativo e visual que possa ser prontamente convertido em informações significativas para a pessoa com deficiência visual determinar sua posição no ambiente e/ou estabelecer uma linha de direção.
- c) Sistema de numeração: é o padrão de organização de números de salas, ambiente e área de um edifício específico.
- d) Medição: é o ato ou processo de medir, cálculo das dimensões exatas ou aproximadas, de um objeto, área ou espaço, usando uma determinada unidade.
- e) Pontos cardeais: componente da orientação para identificar uma direção eficiente.
- f) Autofamiliarização: conjunto de componentes anteriormente apresentados (FELIPPE, 1997, pp. 73 a 81).

O processo de orientação e a execução da mobilidade proporcionam à pessoa cega interação com as diferentes informações do ambiente, em resposta às percepções apreendidas, independentemente da condição sensorial. É importante considerar que essa ação faz parte da reação natural do ser humano diante de um estímulo, visto que, mesmo provida de visão, se a pessoa não interagir com o meio, poderá sofrer um acidente ou ficar alheio às informações num ambiente desconhecido, pois é um processo suscetível, importante às pessoas sem a visão que se utilizam,

[...] de outras percepções sensoriais, como a audição, que envolve as funções de ecolocalização, localização dos sons, escutar seletivamente e sombra sonora; o sistema hepático ou tato ativo; a cinestesia; a memória muscular; o sentido vestibular ou labiríntico; o olfato e o aproveitamento máximo de qualquer grau de visão que possa ter (LORA, 2003, p. 57).

A autora apresenta o real papel das outras percepções, além da visão, como

condição básica para se orientar e se movimentar nas mais diversas situações e em diferentes ambientes, sendo a audição e suas sub-habilidades (ecolocalização⁵, localização dos sons, audição seletiva e sombra sonora⁶), consideradas as mais importantes para a pessoa cega, porque oferecem uma relação determinante para reconhecimento de informativos sonoros a distância com pistas e referências em condições dessa pessoa perceber sua posição em relação aos objetos, e assim, identificar ambiente, direções, tamanhos, obstáculos, dentre outros. E, a cada vez que a pessoa cega utilizar essas ou outras percepções, adquirirá maior eficiência, pois a experiência proporciona exatidão na identificação perceptiva desses ou outros dados.

Observa-se, nas informações sobre a ecolocalização, que as pessoas cegas congênitas a utilizam com maior frequência em relação às outras pessoas com deficiência visual. Outra diferenciação é a interpretação que o ser humano tem em perceber o som que vem da frente ou de trás, sendo comum as pessoas virarem a cabeça para melhor determinar sua localização, quando estão ou não atentos, ou então, quando a fonte sonora tem uma duração e intensidade suficientes que permitam ao indivíduo identificar a direção e determinar com precisão a pista para um caminhar mais seguro e localizar objetos caídos. Escutar seletivamente faz parte de todos os momentos da vida diária da pessoa cega, pois ela convive intensamente com as informações sonoras acometidas simultaneamente. É extremamente necessário que a pessoa cega esteja apta a selecionar os sons mais significativos e estabelecer aqueles que possam funcionar como pistas dominantes ou pontos de referência (FELIPPE, 1997, pp. 73 e 74).

A segurança, eficiência e autonomia no caminhar exigem que a pessoa cega fique sempre em alerta a uma nova informação ambiental, principalmente, quando for cruzar ruas com guias (nunca sem guia), quando for solicitar ou for oferecida ajuda, quando quiser tomar direções conforme sons percebidos, por exemplo, pessoas caminhando ou carros passando.

Segundo Fátima Gonçalves (2012, p. 40), o sentido vestibular ou labiríntico é o

⁵ Habilidade de transmitir um som e perceber as qualidades do eco refletido [...] pode ser emitido de diferentes formas: bater palmas, estalar a língua, fazer castanholas com os dedos, ou dar um passo mais "forte" no solo.

⁶ É uma área de relativo silêncio atrás de um objeto que filtra suas ondas, como se fosse uma sombra produzida por algum objeto, quando o raio de luz de uma lanterna incide sobre ele. Essa capacidade pode ser usada detectar possíveis objetos, como caminhões, árvores, colunas etc. (LORA, 2003, p.59-60).

órgão da orientação e do equilíbrio, situado na orelha interna e formado pela cóclea, pelo vestíbulo e pelos canais semicirculares. Com base neles, originam-se diversos reflexos posturais de todoo corpo. Observa-se, quando uma pessoa perde a visão bruscamente, que ela apresenta grande dificuldade de se equilibrar, isso quer dizer que perdeu a noção de posição do espaço, mas consegue superar essa dificuldade depois de várias vivências para não se desorientar ou desequilibrar.

Outro sentido que permite a qualquer ser humano perceber a distância é o olfato. Permite à pessoa cega detectar pontos de referências e pistas para a orientação e localização de ambientes. Trata-se da identificação de odores, e tem o nariz como principal órgão receptor dos estímulos. É um grande indicador para detectar um estabelecimento com odores característicos, como farmácia, supermercado, posto de gasolina etc. [...] “Esse sentido contribui, também, para a proteção e os cuidados pessoais na discriminação de produtos de diferentes naturezas, como alimentação, higiene pessoal, limpeza, medicamentos e outros” (LORA, 2003, p. 62).

3 METODOLOGIA

A pesquisa de natureza qualitativa, tendo sido efetuada a exploração e interpretação dos fenômenos dos dados coletados. Quanto aos métodos empregados, utilizou-se o estudo de caso que possibilita a descoberta e a interpretação do contexto, retratando a realidade e apresentando diferentes pontos de vista e, por ser um tipo de pesquisa mais flexível em que as etapas não acontecem em uma sequência tão rígida (LUDKE, 1986, apud FELICETTI et. al., p. 41).

Para a realização deste estudo, primeiramente, caracterizou-se o perfil do público-alvo da pesquisa, sendo que se optou por ser composto de pessoas cegas independentes e autônomas, para falar sobre seus desejos, anseios e necessidades na locomoção.

Realizou-se, também, um estudo bibliográfico acerca do papel das demais percepções além da visão na Orientação e Mobilidade, as quais favorecem a interpretação das informações do meio em que o sujeito está inserido, com bons resultados.

Em termos de pesquisa empírica optou-se por entrevistas semiestruturadas, visto que durante a entrevista ocorre um jogo interlocutivo. (SILVEIRA,2002). Dentre as questões abordadas estavam a causa da cegueira, idade da perda, da aprendizagem em andar sozinho e a ocorrência da primeira vez, dos obstáculos, das colaborações e sugestões para melhorias da locomoção. Para assegurar o anonimato dos participantes do

estudo, os entrevistados receberam nomes fictícios. Foram entrevistadas quatro pessoas cegas com idades entre 24 e 52 anos, residentes nas cidades maranhenses de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e São Luís (capital).

A partir dos relatos tecemos uma análise considerando aspectos referentes à aquisição das habilidades e competência na Orientação e Mobilidade, acessibilidades atitudinal e arquitetônica abordadas pelos entrevistados, buscando descrever as falas mais representativa em compreender como estes se relacionam com o ambiente no qual se encontram inseridos, e assim, promover o conhecimento sobre como contribuir em sua maior autonomia.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No quadro a seguir, observa-se, respectivamente, pessoa com cegueira legal estável e congênita, com cegueira total adquirida gradativamente, com cegueira congênita e com cegueira adquirida bruscamente, demonstrando situações e condições que interferem na aquisição de competências e habilidades.

Quadro 1- relatos de vivência das pessoas cegas e com baixa visão

1. Homem, 52 anos, baixa visão com cegueira legal estável e congênita.

Aprimor suas habilidades por meio do curso de Orientação e Mobilidade (OM)

Meu nome é José, tenho 52 anos, nasci com pouca percepção de luz, e sempre foi assim, não melhorou e não piorou. Desde criança, ando sozinho para todo lugar, nunca encontrei dificuldade, mas fiz o Curso de OM para ter mais segurança. Quando desço do ônibus e coloco os pés no chão, já sei se estou no lugar certo (risos).

O cheiro do lugar é uma maneira segura de perceber se a rua tem sujeira ou outras coisas. Se sinto algum mau cheiro, peço ajuda. Aconselho às pessoas com deficiência visual terem muito cuidado com os buracos. Na minha experiência, quando eu não acho eles, os buracos me acham... (risos).

Para as pessoas videntes, gostaria de dizer para elas não acharem que todas as pessoas cegas são iguais e que fazem o mesmo percurso quando andam sozinhas.

2.1 Homem, 31 anos, cegueira adquirida

Aprende a andar sozinho com outras pessoas cegas e não concorda fazer o Curso de Orientação e Mobilidade.

Meu nome é João, tenho 31 anos, perdi minha visão de uma vez, quando tinha nove anos, pois fui perdendo aos poucos. Aprendi a andar sozinho com outra pessoa cega, acredito que um cego sabe ensinar o outro cego.

Aprender com quem vivencia a mesma situação facilita o conhecimento porque existem coisas que acontecem que não sabemos explicar para uma pessoa vidente, mas, para a outra pessoa cega, sabemos explicar, pois passamos pela mesma situação.

Aconselho às pessoas cegas que, apesar de haver pessoas que negam ajuda, é interessante acreditar que você nunca anda sozinho, porque sempre tem uma pessoa oferecendo ajuda. E nunca rejeitar ajuda, mesmo que não esteja precisando, pois a sua negação pode contribuir para que essa pessoa se retraia e não ofereça mais ajuda outra pessoa cega.

Para as pessoas videntes, gostaria de informar que, com o som muito alto, a pessoa cega fica perdida, perde a noção de onde está, como, por exemplo, na chuva em que não dá para usar o guarda-chuva.

2. Homem, 24 anos, cego congênito

Aprende a andar sozinho com outras pessoas cegas e não concorda fazer o Curso de Orientação e Mobilidade.

Meu nome é Pedro, tenho 24 anos, nasci cego.

Sempre andei pelos caminhos conhecidos sozinho, sem bengalas e ligeiro. Locais aqui perto da Escola! Andei sozinho pela primeira vez indo na casa de minha namorada (risos).

Eu e a minha irmã, que também nasceu cega, batemos palmas e o pé no solo, para percebermos o lugar onde estamos. Percebo o local familiar colocando os pés no chão, a superfície, as inclinações ou os desníveis das ruas por onde caminho.

O conselho que dou para as pessoas cegas, quando estiverem andando em “ruas mortas”, ou seja, ruas sem movimento de carro, elas devem ficar sempre em alerta às informações sonoras, pois o carro pode surgir a qualquer instante. A pessoa precisa também ter cuidado com os postes que, apesar de estarem nos mesmos lugares, mas “a gente sempre bate quando andamos distraídos”. Por isso faz-se necessário redobrar a atenção e estar em sintonia com as informações detectadas pela bengala. O que já não acontece com caminhões estacionados no meio fio, a carroceria, dificulta, mas não é impossível, detectá-lo. A pessoa cega consegue perceber obstáculos de grande e médio porte, mesmo que esteja acompanhado de um guia vidente ou usando a bengala longa

Para as pessoas que enxergam digo o seguinte: não julguem a pessoa cega pelo mau comportamento de outras pessoas cegas e não neguem ajuda. E antes de ajudá-la, sempre perguntar se ela deseja ajuda e como pode ajudá-la. Agarrá-la de qualquer jeito faz é atrapalhar. Quando for guia de uma pessoa cega, não ficar o tempo todo dizendo os movimentos que vai fazer, ela percebe todos os movimentos. Nasci em outro município e observo que, apesar de São Luís ter muito carro, encontro mais ajuda do que no interior. Lá as pessoas não oferecem ajuda diante de algum obstáculo, ficam na expectativa esperando o que vai acontecer e se admira com a competência do cego quando supera a dificuldade como se fosse uma coisa do outro mundo. Um sexto sentido! Peço às pessoas que não se comportem assim, ajudem e não esperem o que vai acontecer.

3. Mulher, 41 anos, cegueira adquirida bruscamente

Apreendeu a andar sozinha por meio do curso de Orientação e Mobilidade

Meu nome é Maria, tenho 41 anos, perdi a visão bruscamente após um acidente de carro, aos 18 anos. Fiz Curso de Orientação e Mobilidade e aprendi rápido, superando o medo a cada passo. Eu sou um exemplo de superação! Uso isso para ajudar as outras pessoas cegas. Meus familiares não queriam de jeito nenhum. Saía escondida.

Nesse momento, é preciso muita força para superar e para lidar com a superproteção familiar, que, de alguma forma, sempre permanece.

O meu recado às pessoas cegas: fiquem sempre atentas no caminhar, não perderem o foco em momento algum. O foco principal é o percurso, que oferece pistas e pontos de referência, e as pessoas devem buscar informações sempre que necessário. Não exigir da sociedade comportamentos que dependem da sua convivência com o seu mundo.

O meu recado às pessoas com visão: sempre se colocarem no lugar do outro. Ter cuidado para não interferir com informações com indicativos puramente visuais. Ter o cuidado de não esquecer que a pessoa cega não possui o mesmo olhar que uma pessoa vidente.

Fonte: produzido com os dados dos entrevistados

A bengala longa auxilia a pessoa cega a locomover-se de forma adequada, segura e independente em ambientes internos e externos, detectando obstáculos, níveis, objetos e pistas. E, para que isso aconteça, é necessário apreender as técnicas e estratégias de Orientação e Mobilidade. De acordo com os comportamentos de independência e autonomia do grupo, constata-se que o importante é ter oportunidade, pois as duas situações de aprendizagem possibilitam aquisição de habilidades e competências na Orientação e Mobilidade, conforme o meio em que o sujeito está inserido.

Observou-se, durante a conversação, que andar só pela primeira vez foi estimulado pela grande necessidade, conseqüentemente, veio a superação do medo e a prática do que foi apreendido. Quanto maior o número de experiências, maiores as possibilidades de bom desempenho.

De maneira informal, conversou-se acerca da percepção cinestésica, e alguns afirmaram não encontrar dificuldades nessa habilidade. A memória muscular trata da memorização da experiência vivenciada por essa percepção. Por exemplo, a pessoa cega, ao subir e descer escadas com desenvoltura, ter autonomia ao realizar um trajeto familiar e executar a sincronização da técnica de toque e outras com eficiência, tem condições de realizar um trajeto com idas e vindas sem, necessariamente, ficar contando passos, pedindo informações constantes, sem ter dúvida das informações percebidas pela bengala longa.

Quando inquiridos acerca da importância do olfato, alguns entrevistados destacaram que essa era uma forma segura de garantir se a rua tem sujeira ou outros elementos. Caso seja identificado algum mau cheiro, pedem ajuda ou então são ajudados. Essa afirmação confirma a proposição de Lora (2003) acerca da importância do olfato para a proteção e os cuidados pessoais da pessoa com deficiência visual.

Todos destacaram fazer o possível e o “impossível” para não se distraírem durante o trajeto. Planejar antes de sair e, a cada nova informação, parar, se informar, analisar, não tomar atitudes em dúvidas.

Observaram sobre a comunicação entre a pessoa com visão e sem visão, ao questionarem que têm percepções que você não sabe explicar como percebeu para a pessoa que enxerga, e a pessoa que enxerga não sabe explicar a você como percebe.

Outro aspecto importante relatado pelos entrevistados diz respeito as observações sobre as percepções dos obstáculos, como postes, carros de grande porte que são interpretadas por meio de sombras sonoras. Segundo alguns autores, trata-se de uma das sub-habilidades da audição, considerada um canal importante para as pessoas com deficiência visual se relacionarem com o mundo a distância.

Os dados coletados na pesquisa enfatizam a importância da interação dos referenciais teóricos às especificidades das pessoas com deficiência visual tratados nesta pesquisa, tornando questionadores os problemas sociais pertinentes à Orientação e Mobilidade. Não se trata de dificuldades, mas de garantir o direito de ir e vir em condições de igualdade a todas as pessoas cegas com autonomia e independência na locomoção.

Vale ressaltar que os posicionamentos das pessoas cegas aqui entrevistadas representam uma amostra pequena do que elas têm a dizer no que se refere à questão

da Orientação e Mobilidade. Mas indicam a necessidade de ouvirmos e aprendermos um pouco mais com essas pessoas, que, apesar de sua deficiência, são dotadas de autonomia e independência no que se refere à Orientação e Mobilidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, foi observado o processo de orientar-se com as informações, envolvendo uma série de percepções não visuais organizadas pela assimilação de dados exteroceptivos e proprioceptivos, resultando, assim, numa compreensão de se relacionar com o meio ambiente.

Paralelamente, ressalta-se que o homem é um ser que depende do outro, com ou sem visão, e a maior dificuldade de pessoas cegas interagirem com o meio ambiente não são as informações que este proporciona a elas para terem uma locomoção eficiente, com segurança e autonomia, mas o atendimento às necessidades específicas as quais envolvem todas as oportunidades oferecidas a essas pessoas, inclusive concepções envolvidas no processo de inclusão social.

Conclui-se que as pessoas cegas possuem uma qualidade essencial para estabelecer uma relação com as informações ambientais de forma individualizada, impossíveis de serem relacionadas. Cada uma tem sua característica familiar com o ambiente para identificar e criar estratégias ao superar obstáculos que o mundo externo oferece, que se reflete de uma maneira peculiar na interação com ela mesma, com o outro e com o mundo externo. E o caminhar sozinhas as torna pessoas diferentes, mas não incapacitadas.

REFERÊNCIAS

FELICETTI, Suelen Aparecida et al. **Acessibilidade, Orientação e Mobilidade: Um Estudo de Caso Considerando o Ponto de Vista de Pessoas Cegas ou Com Baixa Visão.** Matinhos, 2016 p. 46.

FELIPPE, Vera Lucia e João Álvaro. **Orientação e Mobilidade.** São Paulo: Laramara, 1997.

GONÇALVES, Fátima. **Psicomotricidade e Educação Física: quem quer brincar põe o dedo aqui.** São Paulo: Cultural RBL Editora Ltda., 2009.

GARCIA, Nely et al. **“Como” desenvolver programas de orientação e mobilidade para pessoas com deficiência visual.** Brasília: MEC, SEESP, 2003. Capítulo 4, pp. 68-121.

KISH, Daniel. **INCLUSÃO & REABILITAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL UM GUIA PRÁTICO – 2ª EDIÇÃO.** Ecolocalização: O Sistema de Flash Sonar dos Morcegos Aplicados à Orientação e Mobilidade dos Deficientes Visuais, 2018.

LORA, Tomázia Dirce Peres, et al. **Descobrimo o real papel das outras percepções, além da visão, para a orientação e mobilidade.** Brasília: MEC, SEESP, 2003. Capítulo 3, pp. 57- 65.

MAZARRO, José Luís et al.. **Mas, afinal, o que é orientação e mobilidade?** Brasília: MEC,SEESP, 2003, pp. 17-19.

MASINI, Elcie F. Salzano Masini, (organizadora). **A pessoa com deficiência visual: um livro para educadores.** 1ª edição. São Paulo: Vetor, 2007.

OLIVEIRA, Elinalva Alves de. **Orientação e Mobilidade: abordagem histórica conceitual.** Curso de Pós-Graduação em Orientação e Mobilidade. Fortaleza: IFCE, 2017.

TOLEDO, Maria Cecília. **Técnicas e Estratégias Pedagógicas Aplicadas em Orientação e Mobilidade I.** Fortaleza: IFCE, 2017.

Recebido em: 05/03/2022

Aprovado em: 03/04/2022

Publicado em: 07/03/2022